

FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE LISBOA

Curso de Mestrado em Direito e Prática Jurídica 2022-2023

Políticas Públicas: a descentralização de competências para os municípios e para as freguesias

EXAME ESCRITO DE AVALIAÇÃO – GRELHA DE CORREÇÃO

9.1.2023

No comentário a cada umas das seguintes afirmações deve abordar os seguintes tópicos (10 valores cada pergunta):

I

- Contextualizar a frase no âmbito do relatório da OCDE sobre “Descentralização e Regionalização em Portugal”, de 2020, solicitado pela Comissão Independente para a Descentralização constituída ao abrigo da Lei n.º 58/2018, de 21 de agosto, no âmbito da Assembleia da República (Comissão cujo objetivo era estudar e avaliar a organização e funções do Estado e propor um programa de desconcentração de serviços do Estado no território);
- Descrever o processo de descentralização definido pela Lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, aprovada pela Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto: os seus objetivos, princípios, âmbito material e recursos;
- Explicar as vantagens que a descentralização acarreta do ponto de vista da eficiência e eficácia dos serviços públicos e da utilização dos recursos públicos, acentuando a lógica de proximidade, com exemplos concretos;
- Explicar em que medida a descentralização pode traduzir-se num aumento da necessidade de recursos financeiros e humanos, exemplificando com os recentes acordos celebrados entre o Governo e a Associação Nacional de Municípios Portugueses que aumentaram significativamente as transferências financeiras para os municípios;
- Manifestar concordância ou discordância, justificando, com a afirmação de que a descentralização pode aumentar os riscos de disparidades e assimetrias sociais (municípios do litoral e do interior, urbanos e rurais, mais ou menos populosos,

etc) ou exigir mais recursos e, a partir daí, avaliar a política pública de descentralização.

II

- Traçar o enquadramento jurídico-constitucional das autarquias locais, referir os princípios que presidem à organização administrativa e descrever criticamente o respetivo regime jurídico (em especial, os artigos 2.º, 6.º, 235.º e 237.º da Constituição da República Portuguesa), relacionando descentralização com democracia participativa e pluralismo institucional;
- Fundamentar na Constituição e na lei o processo de descentralização, tendo em conta as soluções adotadas na Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto;
- Distinguir transferência universal de competências e transferências não universais, relacionando com a forma jurídica – ato legislativo ou contrato – à luz, designadamente, dos artigos 114.º e seguintes da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
- Analisar e caracterizar o regime jurídico dos contratos de transferência de competências, em especial os princípios que os regem;
- Apresentar as vantagens e desvantagens de ambos os modelos, optando, fundamentadamente, por um deles em termos de opção de política pública.

III

- Definir um conceito de políticas públicas e sua caracterização: multidisciplinares, multissetoriais, prospetivas e de planeamento, colaborativas e participadas, sustentáveis;
- Distinguir diferentes tipos de políticas públicas quanto ao âmbito material, territorial e temporal e também quanto aos seus autores e modelos organizacionais utilizados (ex. participação dos interessados);
- Relacionar políticas públicas com o Direito, em especial: a necessidade de norma habilitante, a menor densidade da lei, as formas jurídicas utilizadas (sobretudo planos), a informalidade da atuação de planeamento;
- Dar exemplos concretos de formas de atuação jurídico-administrativa que consubstanciam políticas públicas;

- Abordar criticamente a questão da legitimidade democrática na definição e implementação de políticas públicas, designadamente quanto ao papel dos peritos.